

## Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60 - NIRE 35.3.0004108-9

### Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 21 de Janeiro de 2020

1. **Data, hora e local:** 21 de janeiro de 2020, às 08h, na sede social da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, na Avenida Rio Branco, nº 1489 e Rua Guianêses, nº 1238, Campos Elíseos, São Paulo/SP. **Composição da Mesa:** Sr. Lene Araújo de Lima - Presidente; Sra. Alaine Saleem da Silveira Bueno - Secretária. **4. Ordem do dia:** A Assembleia Geral foi convocada para deliberar a respeito das seguintes matérias: **a)** Alteração do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia para fazer constar a modificação da composição da Diretoria da Companhia, refletindo a criação de novo cargo e a modificação da nomenclatura de determinados cargos; **b)** Alteração da redação do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia para fazer constar as modificações da composição da Diretoria; **c)** Eleição de novos membros para compor a Diretoria da Companhia; **d)** Ratificação da atual composição da Diretoria; **e)** Alteração e ratificação das funções específicas atribuídas a determinados Diretores perante a Superintendência de Seguros Privados; **f)** Ratificação do item 5.3 da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2018 e do artigo 5º do Estatuto Social consolidado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de março de 2019, a fim de corrigir o número de ações em que é dividido o capital social, previsto no artigo 5º do Estatuto Social; **g)** Consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as modificações conforme aprovadas nos itens precedentes. **5. Resumo das Deliberações:** A Assembleia Geral, por unanimidade de votos: 51.1. Aprovou a redação do Artigo 6º do Estatuto Social para fazer constar a modificação da composição da Diretoria da Companhia, refletindo a criação de novo cargo e a modificação da nomenclatura de determinados cargos. **5.1.2.** A alteração da nomenclatura de determinados cargos, a saber: (i) Diretor Geral - Seguros e Investimentos para Diretor Vice-Presidente - Seguros; (ii) Diretor Geral - Financeiro, Controladoria e Atendimento para Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos; (iii) Diretor Geral - Corparativo para Diretor Vice-Presidente - Corparativo e Institucional; (iv) Diretor Geral - Comercial para Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing; (v) Diretor Geral - Negócios Financeiros e Serviços para Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços; (vi) Diretor Geral - Patrimônio e Suprimentos para Diretor Financeiro; (vii) Diretor de Marketing e Clientes para Diretor de Clientes e Digital; e (viii) Diretor Geral - Produto Automotivo para Diretor Jurídico. **5.1.3.** Em decorrência das deliberações acima, a redação do artigo 6º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 6º -** A Diretoria é composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 21 (vinte) Diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Seguros, 01 (um) Diretor Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Corparativo e Institucional, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing, 01 (um) Diretor de Produto - Seguros de Pessoas, 01 (um) Diretor de Sinistros, 01 (um) Diretor Técnico, 01 (um) Diretor de Produção, 01 (um) Diretor de Clientes e Digital, 01 (um) Diretor de Recursos Humanos, 01 (um) Diretor de Produto - Ramos Elementares, 01 (um) Diretor de Controladoria e Riscos e 01 (um) Diretor sem denominação especial, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição". **5.2.** Aprovou alterar a redação do parágrafo 5º do artigo 9º do Estatuto Social para refletir a atual nomenclatura dos cargos indicados no artigo 6º, conforme item 5.1 acima, que passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 9º -** Compete à Diretoria: (i) **Parágrafo 4º -** Nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens móveis, bem como nos atos que envolvam interesses societários, a Companhia deverá ser representada por 2 (dois) diretores, sendo 1 (um) obrigatoriamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente - Seguros ou o Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos ou o Diretor Vice-Presidente - Corparativo e Institucional". **5.3.** Aprovou a eleição dos novos diretores da Companhia, a saber: (i) Sra. **Adriana Pereira Carvalho Simões**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.872.526-6 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 172.918.433-6, para ocupar o cargo de Diretor de Clientes e Digital; (ii) Sra. **Carolina Helena Zavarag**, brasileira, solteira, psicóloga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27.843.686-9 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 292.135.838-77, para ocupar o cargo de Diretora de Recursos Humanos; (iii) Sr. **tiago Violin**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.158.840-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 283.416.528-97, para ocupar o cargo de Diretor Financeiro; (iv) Sr. **Rafael Veneziani Kozma**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.397.726-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 200.476.918-16, para ocupar o cargo de Diretor de Controladoria e Riscos; e (v) Sr. **Jarbas de Medeiros Badiano**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.591.220-9 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 246.784.718-71, para ocupar o cargo de Diretor de Produto - Ramos Elementares, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, permanecendo vago o cargo de Diretor de Sinistros. **5.5.** Aprovou alterar as funções de caráter de fiscalização ou controle e ratificou as funções de caráter executivo ou operacional, atribuídas a determinados diretores estatutários perante a Superintendência de Seguros Privados, em atendimento à regulamentação aplicável, para indicar: **i. Funções de caráter executivo ou operacional:** a) Diretor responsável pelas relações com a SUSEP - **Jaime Soares Batista**; b) Diretor responsável técnico (Circular/SUSEP 234 e Resolução CNSP 321) - **Fabio Ohara Morita**; c) Diretor responsável administrativo-financeiro - **Celso Damadi**; d) Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - **Celso Damadi**; e) Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP 143 - **Jaime Soares Batista**; f) Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados - **José Rivaldo Leite da Silva**; **g. Funções de caráter de fiscalização ou controle:** a) Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613, de 1998 (Circular/SUSEP 234 e 445) - **Rafael Veneziani Kozma**; b) Diretor responsável pelos controles internos - **Rafael Veneziani Kozma**; c) Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes - **Rafael Veneziani Kozma**. **5.6.** Aprovou a ratificação do item 5.3 da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2018, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 2.597.179-6 em 07/01/2019 e do artigo 5º do Estatuto Social consolidado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de março de 2019, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 428.417/19-0 em 09/08/2019, a fim de corrigir o número de ações em que se divide o capital social previsto no artigo 5º do Estatuto Social, o qual foi equivocadamente mencionado como sendo 532.899.587 (quinhentos e trinta e dois milhões, oitocentas e noventa e nove mil, quinhentas e oitenta e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, quando o correto é de 532.899.588 (quinhentos e trinta e dois milhões, oitocentas e noventa e nove mil, quinhentas e oitenta e oito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **5.7.** Aprovou a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações deliberadas nos termos dos itens supra, o qual passará a vigorar conforme a redação do Anexo 1. **6. Documentos arquivados na Companhia:** procurações, termos de posse e declaração de desimpedimento. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 21 de janeiro de 2020, (assinadas) **Presidente:** Sr. Lene Araújo de Lima - Secretária: Sra. Alaine Saleem da Silveira Bueno, **Acionistas:** **Porto Seguro S.A.**, por seus diretores, Srs. Lene Araújo de Lima e Celso Damadi. **Porto Seguro Itá Unipão Participações S.A.**, por sua bastante procuradora, Sra. Alaine Saleem da Silveira Bueno. A presente é cópia íntima da ata lavrada em livro próprio. Alaine Saleem da Silveira Bueno - Secretária. **JUCESP** nº 194.106/20-2 em 03/06/2020, Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Anexo I - Estatuto Social Consolidado da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º -** A Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, constituída sob a forma de sociedade por ações reger-se-á pelo presente estatuto e pela legislação vigente ("Companhia"). **Artigo 2º -** A Companhia tem sua sede na Avenida Rio Branco, nº 1489 e Rua Guianêses, nº 1238, Campos Elíseos, na Capital do Estado de São Paulo, podendo criar sucursais, filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País. **Artigo 3º -**

A Companhia tem por objeto a exploração de operações de Seguros de Danos e de Pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas, conforme disposto na Legislação vigente. **Artigo 4º -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 5º -** O capital social é de R\$ 272.441.354,91 (dois bilhões, duzentos e setenta e dois milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e novecenta e um centavos), dividido em 532.899.588 (quinhentos e trinta e dois milhões, oitocentas e noventa e nove mil, quinhentas e oitenta e oito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo 1º -** As ações poderão pertencer a pessoas físicas e jurídicas. **Parágrafo 2º -** No caso de aumento de capital, os acionistas terão preferência para subscrição na proporção das ações que possuírem. **Capítulo III - Diretoria. Artigo 6º -** A Diretoria é composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 21 (vinte) Diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Seguros, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Corparativo e Institucional, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços, 01 (um) Diretor de Produto - Automotivo, 01 (um) Diretor de Produto - Seguros de Pessoas, 01 (um) Diretor de Sinistros, 01 (um) Diretor Técnico, 01 (um) Diretor de Produção, 01 (um) Diretor Financeiro, 01 (um) Diretor de Atendimento, 01 (um) Diretor de Tecnologia da Informação, 01 (um) Diretor de Serviços, 01 (um) Diretor de Clientes e Digital; 01 (um) Diretor Jurídico, 01 (um) Diretor de Recursos Humanos, 01 (um) Diretor de Produto - Ramos Elementares, 01 (um) Diretor de Controladoria e Riscos e 01 (um) Diretor sem denominação especial, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição. **Artigo 7º -** A investidura dos membros da Diretoria nos respectivos cargos far-se-á mediante termo lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Findo o mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos. **Artigo 8º -** A Assembleia Geral Ordinária fixará, anualmente, a remuneração global mensal dos administradores, a ser distribuída conforme deliberação da Diretoria. Além dos honorários, a Diretoria fará jus a uma participação anual nos lucros da Companhia, até 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, disposto no artigo 152 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 9º -** Compete à Diretoria: a) praticar todos os atos de administração da Companhia; b) resolver sobre a aplicação dos fundos sociais, transgredir, renunciar a direitos, contrair obrigações, adquirir, vender, emprestar ou alienar bens, observadas as restrições legais; c) praticar todos os atos e operações que se relacionarem com o objeto social; d) deliberar sobre a criação e extinção de empregos ou funções remuneradas; e) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, obrigatoriamente com o auxílio de advogado, nos atos de representação perante autoridades judiciais, órgãos municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais; f) resolver sobre a criação, alteração ou extinção de sucursais, filiais, agências ou representações, onde convier aos interesses sociais da Companhia. **Parágrafo 1º -** Observado o disposto no parágrafo 5º deste artigo, as escrituras de qualquer natureza, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia serão obrigatoriamente assinados: a) por 2 (dois) Diretores em conjunto; b) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) Procurador; c) por 2 (dois) Procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 2º -** A representação da Companhia perante a Repartição Fiscalizadora de suas operações caberá a qualquer dos Diretores ou Procuradores devidamente credenciados e autorizados, investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 3º -** A Companhia poderá ser representada por apenas 01 (um) Diretor ou 01 (um) Procurador, investido de específicos poderes, nos seguintes casos: a) Atas de rotina realizadas fora da sede social; b) Atas de representação em juízo (exceto aqueles que importem renúncia a direitos); c) Atas de representação em assembleias, contratos sociais, alterações de contratos sociais, distritos e reuniões de sócios de sociedades das quais participe como acionista, sócia ou quotista; d) Atas praticadas perante quaisquer órgãos e entidades administrativas públicas ou privadas; e) e) Atas de simples administração social, entendidos estes como os que não gerem obrigações para a Companhia e nem onerem terceiros. **Parágrafo 4º -** As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) Diretores ou por 2 (dois) Diretores em conjunto e devem especificar expressamente os poderes conferidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, excetuadas as destinadas para representação em processos administrativos ou com cláusula ad judicium que serão outorgadas individualmente por qualquer um dos diretores e poderão ter prazo indeterminado. **Parágrafo 5º -** Nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como nos atos que envolvam interesses societários, a Companhia deverá ser representada por 2 (dois) Diretores, sendo 1 (um) obrigatoriamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente - Seguros ou o Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos ou 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Corparativo e Institucional. **Parágrafo 6º -** As deliberações da Diretoria somente serão válidas quando presentes, no mínimo, a metade e mais um de seus membros em exercício e constarão de Atas lavradas em livro próprio, cabendo ao Diretor Presidente o dever de assinar as Atas. **Parágrafo 7º -** No caso de vaga de Diretor, os demais Diretores irão, dentre eles, um substituto que acumulará as funções do substituído até a primeira Assembleia Geral, a qual caberá deliberar a respeito da eleição de novo Diretor. **Parágrafo Único -** Nas ausências ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores por mais de 30 (trinta) dias, os demais Diretores poderão escolher, dentre eles, um substituto para exercer as funções do Diretor ausente ou impedido. **Artigo 11 -** A Companhia poderá ter um órgão de consultoria, denominado Conselho Consultivo, cujos Membros serão escolhidos e indicados pela Diretoria entre as pessoas de notável saber científico e técnico no Mercado de Seguros, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a renovação da indicação. **Parágrafo 1º -** O Conselho Consultivo se reunirá sempre que solicitado pela Diretoria e seus respectivos pareceres serão transcritos no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, por ocasião da reunião que deliberar sobre os mesmos. **Parágrafo 2º -** O Conselho Consultivo perceberá a remuneração que lhe fixar a Diretoria. **Artigo 12 -** O Conselho Fiscal será composto de 2 (dois) membros. **Capítulo IV - Conselho Fiscal. Artigo 12 -** O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros eleitos e de seus respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária entre Acionistas ou não, residentes no País, com observância das prescrições legais, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único -** O Conselho Fiscal não será permanente. Serão instalados pela Assembleia Geral a pedido de Acionistas que representem, no mínimo, um décimo do capital social. **Artigo 13 -** Os Membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo V - Comitê de Auditoria - I - Dos Objetivos do Comitê de Auditoria. Artigo 14 -** A Companhia se utiliza do Comitê de Auditoria da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Comitê de Auditoria"), órgão de funcionamento permanente, que tem como objetivo principal fornecer subsídios à Diretoria para a tomada de decisões, bem como para a administração da Companhia. **Artigo 15 -** O Comitê de Auditoria deverá observar os requisitos e vedações do capítulo III. **Parágrafo 2º -** O integrante do Comitê de Auditoria somente pode ser reintegrado após 3 (três) anos do final do seu mandato anterior. **Parágrafo 3º -** A destituição do integrante do Comitê de Auditoria ficará a cargo do Conselho de Administração caso fique comprovada infração a qualquer dos requisitos e vedações previstos no capítulo III, bem como se sua independência não for mantida. **Parágrafo 4º -** É indelegável a função de integrante do Comitê de Auditoria. **Artigo 16 -** O integrante do Comitê de Auditoria não poderá exercer a função de integrante do Comitê de Auditoria. **Artigo 17 -** São requisitos mínimos para o exercício de integrante do Comitê de Auditoria: I. Observar as normas que estabelecem condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de sociedades supervisionadas; ii. Não ser ou não ter sido, no exercício social corrente e no anterior; a. Funcionário ou diretor da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas de caráter permanente; b. Membro responsável pela auditoria independente da sociedade supervisionada; c. Membro responsável da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas. iii. Não ser cônjuge, parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, das pessoas referidas nas alíneas "a" a "c" no inciso anterior; e iv. Não receber qualquer outro tipo de remuneração da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas, que não seja aquela resultante da sua função de integrante do Comitê de Auditoria. **IV - Das Atribuições. Artigo 18 -** Constituem atribuições do Comitê de Auditoria: I. Estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Conselho de Administração ou, na sua inexistência, pelo Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou pelo Comitê de Administração da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e colocadas à disposição dos respectivos acionistas, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; ii. Recomendar, à administração da sociedade supervisionada, a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerado necessário; iii. Revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos finais em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras; iv. Avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos; v. Avaliar a aceitação, pela administração da sociedade supervisionada, das recomendações feitas pelos auditores independentes e pelos auditores internos, ou as justificativas para a sua não aceitação; vi. Avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela sociedade supervisionada, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que prevêm efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confiabilidade desta; vii. Recomendar, à Presidência ou ao Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou à Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; viii. Reunir-se, no mínimo semestralmente, com a Presidência ou o Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou com a Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e com os responsáveis, tanto pela auditoria independente, como pela auditoria interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; ix. Verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela diretoria da sociedade supervisionada; x. Reunir-se com o Conselho Fiscal e com o Conselho de Administração da sociedade supervisionada ou da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, tanto por solicitação dos mesmos como por iniciativa do Comitê, para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas respectivas competências; xi. Elaborar relatórios relativos aos semestres finais em 30/06 e 31/12 contendo: atividades exercidas; avaliação da efetividade dos controles internos; descrição das recomendações feitas e daquelas não acatadas, contendo as justificativas; avaliação da efetividade das auditorias externa e interna; avaliação da qualidade das demonstrações contábeis; e, ainda, o resumo do relatório do item "xi" para publicação conjuntamente com as demonstrações contábeis de 30/06 e 31/12; xiii. preparar Nota Explicativa que será anexada às demonstrações contábeis de cada sociedade controlada; xiv. arquivar os relatórios do item "xi" pelo período mínimo de 5 (cinco) anos; xv. comunicar qualquer constatação de erro ou fraude aos auditores independentes e à auditoria interna, imediatamente; xvi. estabelecer, ad referendum do Conselho de Administração, processos para a seleção, contratação, supervisão e avaliação do Auditor Independente e do Auditor Interno, bem como a sua certificação, bem como para a recepção e o tratamento das informações referentes aos relatórios e demonstrações contábeis, bem como dos relatórios do Auditor Independente e da Auditoria Interna do Conglomerado Porto Seguro; xvii. aprovar o plano de trabalho semestral da auditoria interna do Conglomerado Porto Seguro; xviii. fixar diretrizes de orientação dos programas de trabalhos da auditoria interna, dos relatórios emitidos e da adequação da documentação; xix. conhecer o plano anual do Auditor Independente sobre exames das demonstrações contábeis, bem como sua interação com os trabalhos da auditoria interna; xx. examinar propostas de alterações de princípios contábeis. **Artigo 19 -**

continua ->



GOVERNO DO ESTADO

documento assinado digitalmente

CNPJ: 06.8770-0

**Cartório Azevedo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro do Estado, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br  
https://azevedobastos.net.br

**Valber Azevedo** de M. Cavalcanti  
Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em terça-feira, 26 de abril de 2022 10:55:15 GMT-03:00. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de uma ferramenta de impressão disponível no Tabelação de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Confira os dados do ato em: <https://sedlogidat.tpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/102272604222132781861>




CARTÓRIO

**Autenticação Digital Código: 102272604222132781861-1**  
**Data: 26/04/2022 10:41:14**  
**Valor Total do Ato: R\$ 5,02**  
**Selo Digital Tipo Normal C: AMX5959E-LCZG;**



continuação contábeis, avaliando seus impactos nas demonstrações financeiras do Conglomerado Porto Seguro e submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração. **Capítulo VI - Assembleia Geral. Artigo 19 -** A Assembleia Geral reunir-se-á anualmente até o dia 31 (trinta e um) de março, sob a presidência do acionista que for indicado por ela. **Parágrafo Único -** O presidente da Assembleia convocará um dos presentes para secretariar a Mesa. **Artigo 20 -** As Assembleias Extraordinárias reunir-se-ão todas as vezes que forem legais e regularmente convocadas, constituindo-se a Mesa pela forma prescrita no artigo anterior. **Artigo 21 -** Os anúncios de primeira convocação das Assembleias Gerais serão publicados pelo menos 3 (três) vezes no Diário Oficial e em um jornal de grande circulação na Sede da Companhia, com antecedência mínima de 8 (oito) dias contados do primeiro edital. **Parágrafo Único -** As demais convocações das Assembleias Gerais processar-se-ão pela forma prescrita neste artigo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Independentemente de prévia convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 22 -** Uma vez convocada a Assembleia Geral, ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a Assembleia ou fique sem efeito a convocação. **Artigo 23 -** As deliberações das Assembleias serão tomadas por maioria absoluta de votos, observadas as disposições legais quanto à exigência de quórum especial. **Parágrafo Único -** A cada ação corresponde um voto. **Artigo 24 -** Verificando-se o caso de existência de ações objeto de comunhão, o exercício de direitos a elas referentes caberá a quem os Condôminos designarem para figurar como representante junto à Sociedade, ficando suspenso o exercício destes direitos quando não for feita a designação. **Artigo 25 -** Os Acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procuradores nos termos do parágrafo 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 26 -** Para que possam comparecer às Assembleias Gerais, os representantes legais e os procuradores constituídos farão a entrega dos respectivos documentos comprobatórios na Sede da Companhia com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. **Capítulo VII - Exercício Social, Lucros e Distribuição de Resultados. Artigo 27 -** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras anuais. **Parágrafo Único -** A diretoria poderá determinar o levantamento de balanços semestrais, ou relativo a períodos inferiores, para quaisquer fins, inclusive para pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou distribuição de dividendos à conta de lucro do período apurado em tais balanços, observado o disposto neste estatuto social e na legislação aplicável. **Artigo 28 -** Do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, automaticamente e independentemente de deliberação assemblear, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Do saldo de lucros remanescentes, será calculada a participação a ser atribuída aos administradores, nos termos do artigo 152 da Lei nº 6.404/1976. O lucro líquido do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções referidas nesse artigo. **Artigo 29 -** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal (artigo 193 da Lei nº 6.404/76), até que atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social. A destinação à reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. **Artigo 30 -** O lucro líquido do exercício será, ainda, quando for o caso, diminuído das importâncias destinadas à constituição da reserva de capital, à reserva para contingências (artigo 195 da Lei nº 6.404/76) e à reserva de incentivos fiscais (artigo 195-A da Lei nº 6.404/76), de um lado,

e, de outro lado, quando for o caso, acrescido da reversão da reserva para contingências e da reserva de lucros a realizar (artigo 202, III, da Lei nº 6.404/76) formadas em exercícios anteriores. O lucro líquido ajustado do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções e adições referidas nos artigos 29 e 30 e terá a seguinte destinação: a) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; b) o saldo remanescente será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas prevista no artigo 31 deste estatuto ou, alternativamente, poderá ter a destinação que a assembleia geral determinar, observadas as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo Único -** O dividendo mínimo obrigatório previsto neste artigo poderá deixar de ser pago no exercício social em que a Diretoria informar que seu pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos aos acionistas assim que permitir a situação financeira da Companhia. **Artigo 31 -** A Companhia terá uma reserva estatutária denominada "Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas", que terá como finalidade compensar eventuais perdas e prejuízos e assegurar os recursos suficientes para a expansão das atividades e investimentos da Companhia. **Parágrafo 1º -** Será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas o saldo do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, após efetuada a destinação prevista no artigo 31 deste estatuto social. **Parágrafo 2º -** O saldo da Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976. Ultrapassado esse limite, a assembleia geral deverá destinar o excesso para distribuição de dividendos aos acionistas ou aumento do capital social. Ainda que não atingido o limite estabelecido neste parágrafo, a assembleia geral poderá, a qualquer tempo, deliberar a distribuição dos valores contabilizados na Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas aos acionistas, como dividendos, bem como sua capitalização. Caso a administração da Companhia considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à assembleia geral que, em determinado exercício, o valor que seria destinado a tal reserva seja integralmente ou parcialmente distribuído aos acionistas como dividendos, ou capitalizado em aumento de capital social. **Artigo 32 -** Sem prejuízo do dividendo mínimo obrigatório, a Companhia, por determinação da Diretoria, poderá: a) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de reservas de lucros existente no último balanço anual aprovado em assembleia geral de acionistas; b) semestralmente, distribuir dividendos à conta de lucros acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço semestral; c) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de lucro acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço levantado em periodicidade inferior a semestral, desde que, nesse caso, o montante de dividendos a ser pago no exercício não supere o saldo das reservas de capitais de que trata o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/1976; e d) a qualquer tempo, creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. **Parágrafo Único -** Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como participação do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 33 -** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.



renováveis

SRMN HOLDING S.A.  
CNPJ/MF nº 30.656.993/0001-15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apresentação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
	não auditado		não auditado	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	1	155	52
Outros créditos	—	2	3.074	64
	5	3	3.229	116
Não Circulante				
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	17.817	—	—	—
	17.817	—	—	—
Imobilizado	—	—	33.554	6.531
	—	—	33.554	6.531
Total do ativo	17.822	3	36.783	6.647

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO DE SETE MESES FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	—	—	—
Aumento de capital conforme AGE	1	—	1
Prejuízo do exercício	—	(3)	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)	1	(3)	(2)
Prejuízo do exercício	—	(469)	(469)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1	(472)	(471)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO DE SETE MESES FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
	não auditado		não auditado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(469)	(3)	(469)	(3)
Resultado das participações societárias	453	—	—	—
	(16)	(3)	(469)	(3)
Varição em:				
Outros créditos	2	—	(3.010)	(64)
Fornecedores	15	—	19.065	295
Impostos a pagar	—	—	61	6
Outras contas a pagar	—	—	(69)	70

DIRETORIA

Filipe Domingues

Diretor Presidente

Justo Valle

Gerente Financeiro

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA O PERÍODO DE SETE MESES FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
	não auditado		não auditado	
Receita operacional líquida	—	—	—	—
Custo do serviço de energia elétrica	—	—	—	—
Custo com energia elétrica	—	—	—	—
Custo de operação	—	—	—	—
Lucro bruto	—	—	—	—
Despesas e receitas	—	—	—	—
Despesas gerais e administrativas	(16)	—	(469)	(3)
	(16)	—	(469)	(3)
Resultado antes do resultado financeiro, tributos e participações societárias	(16)	—	(469)	(3)
Resultado das participações societárias	(453)	(3)	—	—
Resultado financeiro	—	—	—	—
Imposto de renda e sobre o lucro	(469)	(3)	(469)	(3)
Resultado líquido do exercício	(469)	(3)	(469)	(3)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O PERÍODO DE SETE MESES FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
	não auditado		não auditado	
Resultado líquido do exercício	(469)	(3)	(469)	(3)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	—	—	(2.674)	(51)
Resultado abrangente do exercício	(469)	(3)	(3.143)	(54)

CONTADORA

Liliane Mendes Leguizamon

CRC 1SP279192/O-3

As Demonstrações Financeiras Auditadas na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia

Enovafoods Participações S.A.											
CNPJ/MF nº 17.147.732/0001-01											
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)											
Balanco Patrimonial		2019	2018	Balanco Patrimonial		2019	2018	Demonstração do Resultado do Exercício		2019	2018
Ativo	Investimentos	10.276	15.280	Ajuste de Avaliação Patrimonial	18.349	20.869	—	Resultado de equivalência patrimonial	(3.580)	(3.243)	
Não Circulante		10.276	15.280	Prejuízos Acumulados	(56.169)	(52.589)	—	Resultado do Período	(3.580)	(3.243)	
Total do Ativo		10.276	15.280	Patrimônio Líquido	10.276	15.280	—				
Passivo e Patrimônio Líquido	Não Circulante			Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	10.276	15.280	—				
Capital social		43.993	42.897								
Reserva de Capital		4.103	4.103								
As Demonstrações Financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da Companhia											
Nelson Paulo Scuracchio Neto – Diretor Financeiro											
João Artur Trama Torres Fontes – Contador CRC 1SP 293.960											
CONTADORA											
Liliane Mendes Leguizamon – CRC 1SP279192/O-3											

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/102272604222132781861>

**CARTÓRIO**

**Autenticação Digital Código: 102272604222132781861-2**  
**Data: 26/04/2022 10:41:14**  
**Valor Total do Ato: R\$ 5,02**  
**Selo Digital Tipo Normal C: AMX59597-1XRV;**

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

**Valber Azevêdo de M. Cavalcanti**  
Titular

**TJPB**

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em terça-feira, 26 de abril de 2022 10:55:15 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelaionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



**Breitener Holding e Participações S.A.**CNPJ/ME nº 40.659.026/0001-60 – NIRE 35.300.563.981  
Escritura Pública de Constituição da Sociedade Anônima S.A.

SAIBAM, quantos a presente escritura pública virem que, aos 08/01/2021, nesta Cidade e Capital do Estado de São Paulo, compareceram perante mim, Sônia de Fátima Pires de Oliveira, Escrevente do 2º Tabelião de Notas de São Paulo, em Videoconferência, e presencialmente (em diligência na Rua Morgato de Matus nº 126, apt. 123 Vila Mariana) nos termos do Provimento CNJ nº 100/2020 do Conselho Nacional de Justiça, de 26/05/2020, partes entre si, justas e contratadas a saber: como **Outorgante Constituinte, Celba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, constituído sob a forma de condomínio fechado, registrado perante a Comissão de Valores Mobiliários, regido pela Instrução CVM nº 578/16, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 34.964.430.001-78, neste ato, representada nos termos do Capítulo VI do seu regulamento, neste ato representado por sua administradora **Modal Asset Management Ltda.**, sociedade empresarial limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.230.601/0001-04, com seu Contrato Social datado de 18/11/2020, e devidamente registrado sob nº 00003981133 na Junta Comercial do Estado de Rio de Janeiro – JUCEF RJ, em sessão de 08/12/2020, NIRE nº 33.2.0698730-00, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rua do Botafogo nº 501, 6º andar, na quadra 10, bairro Botafogo, CEP 22.250-040, neste ato representada por seu Diretor Operacional, **Flávio dos Santos Pereira**, brasileiro, casado, formado em tecnologia da informação, portador da carteira de identidade nº 09157846-6, expedida pelo IPR/RJ e inscrito no CPF/ME sob o nº 012.343.357-60 com endereço eletrônico [flavio.pereira@modal.com.br](mailto:flavio.pereira@modal.com.br), e na qualidade de Diretor Sem Designação Específica: Administrador Sôcio – **Marcelo Miranda Braga**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da carteira de identidade nº 21231386, expedida pela SSP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 126.426.329-73, com endereço eletrônico [marcelo.braga@modal.com.br](mailto:marcelo.braga@modal.com.br), por seus representantes acima nomeados e qualificados, me foi dito o seguinte: I) Que a **Outorgante Constituinte** decidiu, como lhe faculta a Lei 6.404 de 15/12/1976, em seu artigo 251, pela constituição de uma sociedade anônima subsidiária integral, que se denominará **Breitener Holding E Participações S.A.**. Então, pela Outorgante Constituinte, **Celba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, por seus representantes acima nomeados e qualificados, me foi dito o seguinte: II) Que a **Outorgante Constituinte** nos termos do artigo 251 da Lei das S.A., aprova a constituição da sociedade por ações de capital fechado denominada **Breitener Holding E Participações S.A.**, com sede social localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek nº 1455, 5º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011. III) O capital social inicial da Companhia no valor de R\$ 1.000,00, dividido em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1.00 cada, na qual a Outorgante Constituinte, por seus representantes presentes, pelo único acionista da Companhia, **Celba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, acima qualificado, fica consignado que as 1.000 ações ora emitidas, representativas da totalidade do capital social da Companhia, passam a ser de titularidade do acionista fundador, **Celba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, sendo que 100% do capital social da Companhia, no valor de R\$ 1.000,00, foi integralizado pelo acionista fundador, em moeda corrente nacional, por meio de depósito realizado junto ao Banco do Brasil S.A., em cumprimento às disposições constantes do artigo 80 da Lei das S.A., conforme recibo de depósito a seguir transcrito: “17/11/2020 – BANCO DO BRASIL – 12.40:14 486610839 0099 Comprovante De Depósito Em Conta Corrente Em Dinheiro Cliente: Breitener Holding E Partl Agência: 4305-2 CONTA: 20.000.014-4. DATA: 17/11/2020 NR. Documento: 48.661.083.900.099. Valor Dinheiro 1.000,00. VALOR TOTAL 1.000,00. NR. Autenticação: C.8D5.BD8.86C.905-057”. III) A eleição dos seguintes membros para compor a diretoria da Companhia, com prazo de mandato de 1 ano a partir da presente data: I) **Paulo Afonso Petrássi Filho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 30.712.209-3 (DETRAN-RJ) e inscrito no CPF/ME sob o nº 004.714.307-06, com domicílio na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Alberto de Campos, nº 67, apartamento 201, Ipanema, CEP 22.411-030, por o cargo de Diretor Presidente da Companhia; e II) **Jeane Maria Araújo de Souza**, brasileira, casada, contadora, portadora da cédula de identidade RG nº 36.091.405-6 (SSP/SP) e inscrita no CPF/ME sob o nº 396.546.068-51, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, nº 293, 21º andar, Centro, CEP 01009-907, por o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia. Cada um dos diretores ora eleitos assina a presente para aceitar suas eleições, tomará posse de seus cargos mediante assinatura de seus termos de posse no livro de registro de atas de reuniões da diretoria da Companhia e declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos da lei, ou de pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, estando, portanto, em estrita observância dos requisitos previstos no artigo 147 da Lei das S.A. IV) A adoção pela Companhia do estatuto social com a redação abaixo transcrita: **Capítulo I – Denominação, Sede, Duração e Objeto.** **Artigo 1º.** A Breitener Holding e Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações regida pela presente estatuto social e pela legislação aplicável, em especial pela lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”). **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 1455, 5º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, podendo arbir, transferir ou encerrar filiais, escritórios, agências e representações em qualquer parte do território nacional ou no exterior, observadas as exigências legais e estatutárias aplicáveis. **Artigo 3º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 4º.** O objeto social da Companhia é a participação no capital social de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista. **Capítulo II – Capital Social e Ações.** **Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 1.000,00, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações da assembleia geral, com exceção das disposições da lei e da legislação aplicável. **Parágrafo 2º.** A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias. **Capítulo III – Assembleia Geral.** **Artigo 6º.** Os acionistas se reunirão em assembleia geral ordinariamente nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que necessário, observadas em sua convocação, instalação e deliberações as disposições legais aplicáveis e o presente estatuto social. **Artigo 7º.** A assembleia geral será presidida por um dos diretores da Companhia. Na ausência desses, caberá a presidência ao primeiro dos acionistas presentes. **Artigo 8º.** Nos termos da Lei do Presidente da assembleia geral convocará outro dentre os presentes para atuar como secretário. **Artigo 9º.** As decisões da assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas mediante voto favorável de acionistas presentes na assembleia geral titulares de ações com direito a voto representativas da maioria do capital social votante da Companhia, não se computando os votos em branco. **Artigo 9º.** A assembleia geral compete as atribuições que lhe são conferidas pela Lei das S.A., bem como a deliberação acerca dos seguintes temas: a) Alteração do estatuto social; b) Abertura de capital; c) Emissão de ações; d) Emissão de títulos mobiliários de sua emissão; e) Aprovação ou concessão de qualquer ato de transformação, cisão, incorporação (inclusive de ações) ou fusão da Companhia; f) Eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros da diretoria da Companhia, alteração da competência, bem como alteração no número de diretores; g) Aprovação da remuneração global e anual dos administradores da Companhia; h) Eleição e destituição dos membros do conselho fiscal, quando instalado; i) Aprovação das demonstrações financeiras, balanços, balanços e balanços de balanço; j) Nomeação e destituição dos auditores independentes, se houver; k) Autorização para a emissão de debêntures conversíveis ou não em ações; l) Aprovação para dissolução ou liquidação da Companhia (incluindo a nomeação de liquidantes); j) Deliberação sobre a declaração de divórcio ou pagamento de dividendos ou qualquer outra forma de distribuição de lucros.

**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**CNPJ/ME nº 61.185.300/01-60 – NIRE 35.300.041.06-9  
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 03 de Maio de 2021

1. Data, hora e local: 03 de maio de 2021, às 08h, na sede social da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (“Companhia”), localizada na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guianenses, nº 1.238, Campos Eliseos, São Paulo/SP. 2. Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. 3. Composição da Mesa: Sr. Renato Paula Ribeiro Narducci – Presidente; Aline Saleem da Silveira Bueno – Secretária Executiva; e Sr. Carlos Eduardo Naegeel Gondim, para o cargo de Diretor de Produto – Seguros de Pessoas da Companhia; II) Alteração do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia para fazer constar a modificação da nomenclatura de cargo da Diretoria da Companhia; III) Ratificação da atual composição da Diretoria; e IV) Ratificação das funções específicas atribuídas a determinados Diretores perante a Superintendência de Seguros Privados. 5. Resumo das Deliberações: A Assembleia Geral, por unanimidade de votos e sem ressalvas: 5.1. Aprovou a eleição do Sr. Carlos Eduardo Naegeel Gondim, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11071413-6 FPR/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 052.854.947-29, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Eliseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012, para ocupar o cargo de Diretor de Produto – Seguros de Pessoas, com mandato até a Assembleia Geral que aprovar as contas do exercício social de 2021. 5.1.1. Consignou que o diretor ora eleito preenche as condições previstas na Resolução CNSP nº 330/2015 e que tomará posse no cargo em ato separado. 5.2. Aprovou a alteração da redação do Artigo 6º do Estatuto Social para fazer constar a modificação da nomenclatura do cargo de Diretor de Recursos Humanos para Diretor de Pessoas e Sustentabilidade. 5.2.1 Em decorrência do disposto acima, a redação do artigo 6º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 6º – A Diretoria é composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 22 (vinte e dois) Diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente – Seguros, 01 (um) Diretor Vice-Presidente – Financeiro, Controladoria e Investimentos, 01 (um) Diretor Vice-Presidente – Comercial e Marketing, 01 (um) Diretor Vice-Presidente – Institucional 01 (um) Diretor Vice-Presidente – Comercial e Marketing, 01 (um) Diretor Vice-Presidente – Negócios Financeiros e Serviços, 01 (um) Diretor de Produto – Automóvel, 01 (um) Diretor de Produto – Seguros de Pessoas, 01 (um) Diretor de Sinistros, 01 (um) Diretor Técnico, 01 (um) Diretor de Produção, 01 (um) Diretor Financeiro, 01 (um) Diretor de Atendimento, 01 (um) Diretor de Tecnologia da Informação, 01 (um) Diretor de Serviços, 01 (um) Diretor de Clientes e Digital, 01 (um) Diretor de Riscos, 01 (um) Diretor de Pessoas e Sustentabilidade, 01 (um) Diretor de Produto – Ramos Elementares, 01 (um) Diretor de Produção, 01 (um) Diretor de Marketing e 01 (um) Diretor sem denominação especial, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição.” 5.3. Ratificou a atual composição da Diretoria da Companhia, com mandato que se estenderá até a Assembleia Geral que aprovar as contas do exercício social de 2021, a saber: **Diretor Presidente:** Roberto de Souza Santos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.380.778-0 SSP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 641.284.587-91; **Diretor Vice-Presidente – Seguros:** Marcelo Barroso Piccano, brasileiro, casado, engenheiro eletrônico, portador da Cédula de Identidade RG nº 008.600.541-0 SSP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 004.881.937-96; **Diretor Vice-Presidente – Financeiro, Controladoria e Investimentos:** Celso Damadi, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 074.935.318-03; **Diretor Vice-Presidente – Corporativo e Institucional:** Lene Araújo de Lima, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 175.454.420-03; **Diretor Vice-Presidente – Comercial e Marketing:** José Rivaldo Leite da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 047.332.458-07; **Diretor Vice-Presidente – Negócios Financeiros e Serviços:** Marcos Roberto Loução, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.101.916-1 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 857.239.919-49; **Diretor de Produto – Automóvel:** Jaime Soares Batista, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.190.553-8 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 182.469.498-96; **Diretor Técnico:** Fabio Ohara Morita, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.933.433-6 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 128.680.328-42; **Diretora de Produção:** Eva Vazquez Montenegro Miguel, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.077.674-7 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 066.872.138-30; **Diretor Financeiro:** Carlos Viegas, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.190.553-8 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 182.469.498-96; **Diretor de Tecnologia da Informação:** Marcos Rogério Sirelli, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.938.427-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 249.181.618-04; **Diretor de Serviços:** Marcelo Sebastião da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.113.610-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 112.681.578-05; **Diretor de Clientes e Digital:** Luiz Felipe Milagres Guimarães, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 06.743.711-1 FPR/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 074.657.877-34; **Diretora Jurídica e Riscos:** Adriana Pereira Carvalho Simões, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.872.526-6 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 174.320.898-76; **Diretora de Pessoas e Sustentabilidade:** Carolina Helena Zerva, brasileira, solteira, psicóloga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27.843.686-9 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 292.135.838-77; **Diretor de Produto – Ramos Elementares:** Jarcas de Medeiros Badiano, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.591.220-9 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 246.784.718-71; **Diretor de Controladoria:** Rafael Veneziani Kozma, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.927.726-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 200.476.918-16; **Diretor de Marketing:** Luiz Augusto de Medeiros Arruda, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 286.554.708-64; **Diretor de Produto – Seguros de Pessoas:** Carlos Eduardo Naegeel Gondim, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11071413-6 FPR/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 052.854.947-29, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Eliseos, São Paulo/SP, permanecendo vagos os cargos de Diretor de Sinistros e Diretor de Atendimento. 5.4. Ratificou as funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle atribuídas aos diretores estatutários perante a Superintendência de Seguros Privados, em atendimento à regulamentação aplicável, para indicar: I – **Funções de caráter executivo ou operacional:** a. Diretor responsável pelas relações com a SUSEP – Jaime Soares Batista; b. Diretor responsável técnico (Circular SUSEP 234 e Resolução CNSP 321) – Fabio Ohara Morita; c. Diretor responsável administrativo-financeiro – Celso Damadi; d. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade – Rafael Veneziani Kozma; e. Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP 143 – Jaime Soares Batista; f. Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados – José Rivaldo Leite da Silva. II – **Funções de caráter de fiscalização ou controle:** a. Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613, de 1998 (Circulares SUSEP 234 e 445) – Adriana Pereira Carvalho Simões; b. Diretor responsável pelos controles internos – Adriana Pereira Carvalho Simões. 6. Documentos arquivados na Companhia: procurações, termo de posse e declaração de desimpedimento. 7. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 03 de maio de 2021, (assinaturas) **Presidente:** Sr. Renato Paula Ribeiro Narducci; **Secretária:** Sr. Aline Saleem da Silveira Bueno; **Acionistas:** Porto Seguro S.A., por seu diretor, Sr. Marcelo Barroso Piccano e por sua bastante procuradora, Sr. Aline Saleem da Silveira Bueno. A presente é cópia fiel e verdadeira da escritura lavrada em seu próprio, Aline Saleem da Silveira Bueno – Secretária. JUCESP nº 504.273/21-8 em 15/10/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.impressaooficial.com.br](http://www.impressaooficial.com.br)

sábado, 23 de outubro de 2021 às 05:04:25

Prodesp



documento  
assinado  
digitalmente

CARTÓRIO

Autenticidade Digital Código: 102272604222132781861-3  
Data: 26/04/2022 10:41:14  
Valor Total do Ato: R\$ 5,02  
Selo Digital Tipo Normal C: AMX59598-EVFV-J

Cartório Azevedo Bastos  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro do Estado, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.net.br](mailto:cartorio@azevedobastos.net.br)  
<https://azevedobastos.net.br>

Valber Azevedo de M. Cavalcanti  
Titular

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em terça-feira, 26 de abril de 2022 10:55:15 GMT -03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevedo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticacao](http://www.cenad.org.br/autenticacao) no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



## SF 344 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

(EM CONSTITUIÇÃO)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE POR AÇÕES

**Data, Hora e Local:** Realizada no dia 27/05/2021, às 10 horas, na sede social da SF 344 Participações Societárias S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo/SP, Rua Cardeal Arcoverde, N. 2.365, conjuntos 11 e 13, Bairro Pinheiros, CEP 05407-003. **2. Convocação e Presença:** Presentes os fundadores e subscritores representando a totalidade do capital inicial da Companhia, a saber: (i) **Luis Guilherme de Souza Silva**, brasileiro, casado, empresário, com endereço profissional em Rua Candido Lacerda, nº 312, apto. 52, Bairro Vila Regente Feijó, São Paulo/SP, CEP: 03336-010; **3. Mesas:** Após eleitos os membros das mesas para o presente ato, foram constituídas as seguintes Mesas: Mesa 1 - **Luis Guilherme de Souza Silva** e secretários pelo Sr. **Lawrence Santini Echenique**. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a constituição de uma sociedade por ações sob a denominação de SF 344 Participações Societárias S.A. (i) subscrição e integralização do capital social da Companhia; (ii) a eleição dos diretores da Companhia; (iii) a remuneração dos diretores da Companhia; e (iv) a aprovação dos estatutos sociais da Companhia. **Deliberação:** Os presentes, após leitura e discussão, deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: 5.1. Aprovar a constituição da Companhia, sob a denominação de SF 344 Participações Societárias S.A., bem como o projeto de estatuto social apresentados aos presentes, o qual foi anexado à presente ata na forma do **Anexo I**; 5.2. Aprovar, sem quaisquer reservas, a emissão de 200 ações ordinárias, nominativas e não negociáveis, com valor nominal de cada uma utilizando um valor de R\$ 100,00 e a subscrição de 10% do valor total dessas ações pelos acionistas fundadores; 5.3. A totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em emissão da Companhia são subscritas pelos acionistas fundadores presentes, de acordo com as seguintes proporções: (a) o acionista **Luis Guilherme de Souza Silva** subscreveu 200 ações ordinárias, a ser integralizadas na forma do Boletem de Subscrição assinado na presente ata, que integra esta ata na forma do **Anexo II**; e (b) o acionista **Lawrence Santini Echenique** subscreveu 200 ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo valor total de R\$200,00, a ser integralizada na forma do Boletem de Subscrição assinado na presente ata, que integra esta ata na forma do **Anexo III**; 5.4. O Capital será integralizado em moeda corrente do País em até 12 meses, sendo que a integralização deverá ocorrer em parcelas mensais de R\$16,666,67, correspondentes a 1% das ações ordinárias emitidas nos termos do artigo 8º do Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (**"Lei das Sociedades por Ações"**); o Sr. Presidente declarou constituída a Companhia; 5.6. Em seguida, nos termos do estatuto social, os acionistas fundadores elegeram, por unanimidade, para um mandato unificado de 1 (um) ano, os seguintes diretores sem designação específica: (i) o Sr. **Luis Guilherme de Souza Silva**, brasileiro, casado, empresário, com endereço profissional em Rua Candido Lacerda, nº 312, apto. 52, Bairro Vila Regente Feijó, São Paulo/SP, CEP: 03336-010; 5.6.1. Os diretores aceitam os cargos para os quais foram eleitos e comprometem-se a exercer suas funções dentro dos limites legais estabelecidos no estatuto social da Companhia, e nem condicionarão ou são efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falatório, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fidejuciação ou a propriedade intelectual, ou qualquer outro crime previsto no Código Penal Brasileiro, inclusive por culpa exclusiva do respectivo termo de posse no Livro de Registro de Atas da Diretoria; 5.7. A remuneração global dos diretores, para o exercício social corrente, será fixada oportunamente, observado o disposto na legislação aplicável e no estatuto social que ora passa a reger a Companhia; 5.8. Aprovar o Diário Oficial do Estado de São Paulo e o Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, para serem os jornais de grande circulação, que serão utilizados para as publicações das informações previstas no artigo 237, inciso IV, da Constituição Federal; 5.9. Autorizar os diretores ora eleitos a ulimar todas as formalidades remanescentes para registro da constituição da Companhia perante os órgãos competentes. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e com nenhum dos presentes que faz uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata e sendo lida e aprovada. Por isso, os presentes assina e rubrica a presente Ata. Assinatura: **Luis Guilherme de Souza Silva**, Presidente; **Lawrence Santini Echenique**, Secretário; **Acionistas Subscritores:** Luis Guilherme de Souza Silva, Lawrence Santini Echenique, Diretores Eleitos; Luis Guilherme de Souza Silva, Lawrence Santini Echenique, Advogado Responsável; Luis Guilherme de Souza Silva - OAB/SP n.º 316.225, Juceson NIRE n.º 353005699-7 em sessão de 01/06/2021; Gisela Simma Ceschin - OAB/PR n.º 10.412, Juceson NIRE n.º 353005699-7 em sessão de 01/06/2021.

a Cidade de São Paulo/Rua Ruedel Arcoverde N. 2.365, conjuntos 11 e 13, Bairro Pinheiros, CEP: 05407-003, podendo abranger filiais, agências ou escritórios por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista. **Artigo 4º** A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II - Do Capital:** **Artigo 5º** O capital social é de R\$ 100 milhões, dividido em 10 milhões de ações ordinárias sem direito a voto, sendo que cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. **§2º** As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **§3º** Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a Companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem extinção dos direitos inerentes às mesmas, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. **Capítulo III - Da Administração Geral:** **Artigo 6º** A administração geral da Companhia será exercida, nos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente e sempre que os interesses sociais o exigirem. **§1º** A Assembleia Geral será presidida por acionista ou diretor eleito no ato, que convocará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **§2º** Das deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto no inciso III do artigo anterior, a maioria absoluta de votos, não computados os votos em branco, será necessária para a aprovação das matérias submetidas à apreciação da Assembleia Geral. **Capítulo IV - Da Administração:** **Artigo 7º** A administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Diretoria, composta de 2 a 5 membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse de seus sucessores. **§1º** Os diretores ficarão dispensados de prestar cuidado e suas remunerações serão fixadas pela Assembleia Geral que os elegerá, sob o regime de forma de prestação de serviços, mediante a maior remuneração possível, tendo em vista a importância dos cargos e o tempo trabalhado no qualiver próprio. **Artigo 8º** No caso de impedimento legal ou pessoal de qualquer dos diretores, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo 9º** A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e emitir títulos e valores mobiliários, assim como também celebrar contratos, empréstimos, concessões de crédito, endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias; adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **Artigo 10** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo nônio compete a qualquer 2 diretores, agindo em conjunto, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos estatutos, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a 12 meses, exceto em relação às procurações "ad judicia", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **§único** Dependendo de aprovação de acionistas, representando a maioria do capital social, a prestação de serviços, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo 11** Compete à Diretoria gerenciar o andamento dos negócios da Companhia, praticando todos os atos necessários ao funcionamento normal da mesma, inclusive a contratação de 2 diretores honorários, cuja nomeação terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não residentes no Brasil. **Artigo 12** O Conselho Fiscal será eleito pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI - Disposições Gerais:** **Artigo 13** O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, encerrando-se em 31/12 de cada ano. Quando do encerramento do exercício social ocorrerem férias, o balanço será elaborado até o dia 30 de março do ano seguinte, ficando a Assembleia Geral obrigada a homologar a liquidação aplicável. **Artigo 14** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da Diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas pela legislação aplicável. **Artigo 15** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá preparar balancetes parciais a qualquer época durante o exercício social, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Conselho Fiscal, quando em funcionamento, cujo dividendo obrigatório em cada exercício sobre o percentual mínimo de 1% previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **Artigo 17** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração, bem como a distribuição dos recursos disponíveis para pagamento dos credores. **Artigo 18** A sede da Companhia fica na Cidade de São Paulo/S.P. Mesa: Luis Guilherme de Souza Silva - Presidente; Lawrence Santini Echenique - Secretário. Luis Guilherme de Souza Silva - OAB/SP nº 316.225.

**PORTO SEGURO COMPANHIA  
DE SEGUROS GERAIS**

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60 - NIRE 35.3.0004108.9

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária**  
**Realizada em 27 de Agosto de 2021**

**Realizada em 27 de Agosto de 2021.**

**1. Data, hora e local da Assembleia:** A Assembleia foi realizada na sede social da **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia")**, localizada na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guanabaras, nº 1.238, Campos Eliseos, São Paulo/SP. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 6.404/76, compareceram a Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci - Presidente; Sra. Aline Salem da Silveira Bueno - Secretária. **4. Ordem do Dia:** Deliberar acerca do aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), passando de R\$302.341.354,91 (trinta e dois milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos) para R\$2.552.441.354,91 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e um mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos), mediante a emissão de novas ações, comuns, ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), para a incorporação de 10.000.000 (dez milhões) de reais, passando de R\$302.341.354,91 (dois bilhões, trezentos e dois milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos) para R\$2.552.441.354,91 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e um mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos), mediante a emissão de novas ações, comuns, ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), para a incorporação de 10.000.000 (dez milhões) de reais, passando de R\$302.341.354,91 (trinta e dois milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos) para R\$2.552.441.354,91 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e um mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos), mediante a emissão, após arredondamento, de 32.098.031 (trinta e dois milhões, noventa e oito mil e trinta e um) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), para a incorporação de 802.450.317 (oitocientos e vinte e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e dezesseis reais e sete centavos), passando de R\$302.341.354,91 (trinta e dois milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos) para R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). **5.2** Em consequência, o caput do artigo 5º do Estatuto Social foi alterado para refletir o aumento de capital ora deliberado, que passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5 - O capital social é de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). Os mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos, dividido em 520.000.417 (quinhentas e sessenta e nove milhões, vinte mil, quatrocentos e setenta e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal".** **6. Documentos arquivados:** O presente processo de incorporação de reservas foi devidamente arquivado na forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 27 de agosto de 2021. (assinaturas) **Presidente da Mesa:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci; **Secretária:** Sra. Aline Salem da Silveira Bueno. **Assinaturas dos membros do Conselho de Administração:** Sr. Celso Damasci, Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladora de Investimentos e Sr. Lene Araújo de Lima, Diretor Vice-Presidente Corporativo e Institucional; e **Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.,** por sua procuradora, Sra. Aline Salem da Silveira Bueno. São Paulo, 27 de agosto de 2021. **Assinaturas:** Sra. Aline Salem da Silveira Bueno - **Secretária**, JUCESP nº 4726/224 em 11/01/2022, Gisela Simiema Ceschin - **Secretária** Geral.

**BONS ARES EMPREENDIMENTOS  
IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.**

**(“BONS ARES” ou “Sociedade”)**

CNPJ/ME nº 26.328.545/0001-15 - NIRE 35.230.168.395  
ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS

**Data, Hora e Local:** Em 07 de janeiro de 2022, às 09h00min, na sede da Sociedade, localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Mourato Coelho, nº 936, sala 61. Píneiños, CEP 05417-001. **2. Composição da Mesa:** Presidente: Ricardo Teruo Matsumoto. Secretário: Ricardo Teruo Matsumoto. Presidente: José Carlos Kubiñski, nº 718, parte, CEP 05453-000, inscrita na JUCESP sob o NIRE 35.300.493.338 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.807.597.0001-50, neste ato devidamente representada por seus diretores, Sr. Ricardo Teruo Matsumoto, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 66.112.288-6, inscrito no CPF/ME sob o nº 103.944.718-06, ambos residentes e domiciliados nesta Capital, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitiñski, nº 1.300, 7º andar, Bloco 1, Torre 1, Condomínio Residencial "Oásis", incorporadora e Construtora S/A (atual denominação de Nortis Incorporadora e Construtora Ltda.), com sede na Rua Mourato Coelho, nº 936, sala 61, Píneiños, São Paulo – SP, CEP 05417-001. Inscrito no CNPJ/ME sob o nº 109.297.0001-11, inscrita na JUCESP/SP sob o NIRE 35.300.493.338 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.807.597.0001-50, neste ato devidamente representada por seus diretores, Sr. Ricardo Teruo Matsumoto, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 66.112.288-6 e inscrito no CPF/ME sob o nº 103.944.718-06, ambos residentes e domiciliados nesta Capital, com endereço na Rua Mourato Coelho, nº 936, sala 61, Píneiños, São Paulo – SP, CEP 05417-001 ("NORTIS"), e em conjunto com REC RESI, "Sócios". **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Cédula de Identidade RG nº 66.112.288-6, inscrita no CPF/ME sob o nome de Ricardo Teruo Matsumoto, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 66.112.288-6, inscrito no CPF/ME sob o nº 103.944.718-06, ambos residentes e domiciliados nesta Capital, com endereço na Rua Mourato Coelho, nº 936, sala 61, Píneiños, São Paulo – SP, CEP 05417-001 ("NORTIS"), e em conjunto com REC RESI, "Sócios". **6. Deliberações:** Em vista da Ordem do Dia, os sócios presentes deliberaram, de forma unânime, por aprovar a realização dos itens acima assinalados, sem quaisquer restrições. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião Ordinária da Assembleia Geral da Sociedade, com a seguinte composição de membros presentes: São Paulo, 07 de janeiro de 2022. Ricardo Teruo Matsumoto – Presidente, Marcela Scarparo Sheldon – Secretária. Sócios: REC RESI II Participações S.A. – Neste ato representada por Ricardo Teruo Matsumoto e Jefferson Baptista Tagliapietra, Nortis Incorporadora e Construtora S/A (atual denominação de Nortis Incorporadora e Construtora Ltda.) e Daniel Terpinis.

## Iharabras S/A Indústrias Químicas

CNPJ/ME nº 61.142.550/0001-30 - NIRE nº 35.300.017.102

**Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração**  
1. **1.1. Local e Data:** Reunião realizada no dia 22/08/2022, às 14h30, no Auditório da Harabara S/A Indústrias Químicas ("Companhia"), localizada na Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Avenida Liberdade, 170, Bloco B, Distrito de Cajuru do Sul, CEP 18087-170. **2. Convocação:** Os membros do Conselho de Administração foram devidamente convocados, nos termos do parágrafo 4º, do art. 190 do Estatuto Social, os trabalhos foram realizados de acordo com o Edital de Convocação nº 001/2022, de 15/08/2022. **3. Asssente:** Presentes à Reunião, todos os conselheiros da Companhia, a saber: Masaru Yokoyama; Kazuo Oba; Julio Borges Garcia; e Antonio Carlos Irixfam Damasceno. **4. Convidado:** Sr. Gustavo Urdan Moreira. **5. Motivos:** Nos termos do parágrafo 4º, do art. 190 do Estatuto Social, os trabalhos foram realizados de acordo com o Edital de Convocação nº 001/2022, de 15/08/2022. **6. Ordem do Dia:** (i) Antecipação, para a presente data, do término do mandato em curso dos atuais membros da Diretoria da Companhia; e (ii) Eleição e a Diretoria Executiva da Companhia, para o biênio 2022/2023. **7. Deliberações:** O Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, a seguinte decisão: a antecipação, para a presente data, do término do mandato em curso dos atuais membros da Diretoria da Companhia; e (ii) em conformidade com as disposições do Art. 18º, inciso "II" do Estatuto Social da Companhia, de se liberar para a eleição dos membros de sua Diretoria Executiva, para o biênio 2022/2023, a eleição dos membros da Diretoria Executiva da Companhia, para a eleição de seus substitutos, a ser realizada na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2024. A Diretoria Executiva ora eleita terá a seguinte composição: **Presidente: Julio Borges Garcia**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 41.456.146 e inscrito no CPF nº 071.969.776-66, com domicílio na Rua Assumpção Cateano, 123, Condomínio Mont Blanc, CEP 18.052-221, Sorocaba/SP; e **Diretor Executivo: Gustavo Urdan Moreira**, brasileiro, casado, administrador de empresa, portador da cédula de identidade RG nº 41.456.146 e inscrito no CPF nº 071.969.776-66, com domicílio na Rua Maria Luiza Beldi Castanhão 105 Cond. Mont. Blanc, CEP 18.052-221, Sorocaba/SP. O Conselho de Administração consignou seus agradecimentos aos Srs. Jose Gonçalves do Amaral, Hiroshi Fukumoto e Clayton Emanuel da Veiga, atuais membros da Diretoria da Companhia, por terem se dedicado e dedicado a Companhia, e por terem se dedicado a ela, para o tratamento, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, esta ata foi lida, conferida, aprovada e assinada por todos os presentes. Sorocaba, SP, 03 de Janeiro de 2022. Conferir com ata original lavrada em livro próprio e arquivada no Livro de Atas. **Assinaturas:** **Julio Borges Garcia**, **Gustavo Urdan Moreira** - Secretário. **JUCESP nº 2.628/22-3 em 07/01/2023.** Gisela Srimiera Ceschin - Secretária Geral.

## Fundação Butantan

CNPJ 61.189.445/0001-56

### EXTRATO DO CONTRATO

Processo nº 001/07/008/000.818/2021. Contrato nº 224/2021. Data de assinatura: 07/01/2022. Contratante: FUNDAÇÃO BUTANTAN. Contratada: EQUILIBRE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA. Objeto: Elaboração de projetos de licenciamento e obtenção de autorização ambiental para o Instituto Butantan. Prazo de Vigência: 14 meses. Prazo de Execução: 12 meses. Valor: R\$ 178.951,87. Processo nº 001/07/008/000.818/2021. Contrato nº 225/2021. Data de assinatura: 07/01/2022. Contratante: FUNDAÇÃO BUTANTAN. Contratada: ENGINGSYSTEMS - SISTEMAS DE ARMAZENAGENS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento e montagem de estrutura metálica para porta-paletes e acessórios para o novo centro de distribuição do Instituto Butantan. Prazo de Vigência: 180 dias. Prazo de Execução: 120 dias. Valor: R\$ 1.990.000,00.

Bella Art Planejados de Araraquara Ltda. ME, torna público que requereu junto a SMMAS de Araraquara, a expedição da Lic. Previa/Instalação/Operação, p/o ramo de "Fabricação de Moveis com Predominância de Madeira, sito na Av. Maria Antônia Camargo de Oliveira, 3407, Vila Ferroviária, Araraquara - SP.

**SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO  
HUMANO E ESTUDOS**

## PSICANALÍTICOS

PSICANALITICO  
CNPJ 09.130.903/0001-61

**EDITAL DE DISSOLUÇÃO**  
SODHEP - SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ESTUDOS PSICANALÍTICOS, devidamente registrada sob o CNPJ (MF) 09.130.903/0001-61, torna pública a sua dissolução, e a nomeação do liquidante, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada virtualmente em 27/11/2021 às 10:00 horas. Jose Luiz da Silva, Liquidante.

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp  
garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no  
portal [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

quinta-feira, 13 de janeiro de 2022 às 05:02:43

**Agloairam Fios e Meias Ltda EPP**, torna público que requereu junto a SMMAS de Araraquara a Licença Prévia/Instalação/Operação p/o ramo de Confecção de Peças do Vestuário, na Rua Treze de Maio, 626, Vila Xavier, Araraquara-SP

• **Prodesp**

documento  
assinado  
digitalmente

GOVERNO DO ESTADO  
DE SÃO PAULO

Válber Azevêdo de M. Cavalcant  
Titular

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em terça-feira, 26 de abril de 2022 10:55:15 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelaionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **26/04/2022 11:26:07 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br) Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 102272604222132781861-1 a 102272604222132781861-4

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b506f2e24ad474c337ee57a5e350596f8e27bafcc4f5c7e81f84a201eb58258887cd3bb304a4b636be7a360819075f2a8c0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.





**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

**CNPJ nº 61.198.164/0001-60**

**NIRE 35.3.0004108.9**

**TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

  
**Roberto de Souza Santos**  
**Diretor Presidente**



**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

**CNPJ nº 61.198.164/0001-60**

**NIRE 35.3.0004108.9**

**TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.



Marcelo Barroso Picanço

**Diretor Geral – Seguros e Investimentos**



**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

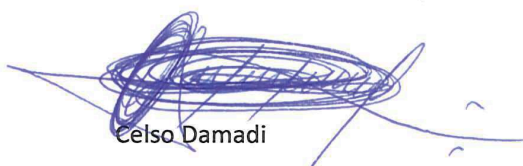
**TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

  
Celso Damadi

**Diretor Geral – Financeiro, Controladoria e Atendimento**





**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS****CNPJ nº 61.198.164/0001-60****NIRE 35.3.0004108.9****TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

Lene Araújo de Lima

**Diretor Geral – Corporativo**



**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

**TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

José Rivaldo Leite da Silva  
Diretor Geral – Comercial





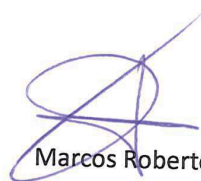
**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS****CNPJ nº 61.198.164/0001-60****NIRE 35.3.0004108.9****TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.



Marcos Roberto Loução

**Diretor Geral – Negócios Financeiros e Serviços**



**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

**TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

Jaime Soares Batista

Diretor de Produto – Automóvel





**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS****CNPJ nº 61.198.164/0001-60****NIRE 35.3.0004108.9****TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.



Fabio Ohara Morita

**Diretor Técnico**



**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS****CNPJ nº 61.198.164/0001-60****NIRE 35.3.0004108.9****TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

A administradora que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

  
Eva Vazquez Montenegro Miguel

**Diretora de Produção**





**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS****CNPJ nº 61.198.164/0001-60****NIRE 35.3.0004108.9****TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

  
Marcos Rogério Sirelli

**Diretor de Tecnologia da Informação**



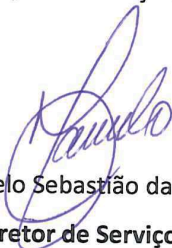
**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS****CNPJ nº 61.198.164/0001-60****NIRE 35.3.0004108.9****TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.



**Marcelo Sebastião da Silva**  
**Diretor de Serviços**





**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

**TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.



Luiz Felipe Milagres Guimarães

**Diretor de Marketing e Clientes**



**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS****CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60****NIRE 35.3.0004108.9****TERMO DE POSSE**

Aos vinte e um dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceram os senhores membros da Diretoria, eleitos na Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade realizada nesta data, para formalização da investidura nos respectivos cargos, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declararam, para todos os fins e efeitos de direito, que não estão incurso em nenhum dos crimes que os impeçam de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possuem amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

Os administradores que firmam o presente termo de posse declaram que possuem domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberão todas as citações e intimações relativas aos atos de suas gestões, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 21 de janeiro de 2020.


**ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES**

Diretora Jurídica


**CAROLINA HELENA ZWARG**

Diretora de Recursos Humanos


**TIAGO VIOLIN**

Diretor Financeiro


**JARBAS DE MEDEIROS BACIANO**

Diretor de Produto – Ramos Elementares


**RAFAEL VENEZIANI KOZMA**

Diretor de Controladoria e Riscos





**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

**CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60**

**NIRE 35.3.0004108.9**

**TERMO DE POSSE**

Ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte, às 10h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o senhor membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade realizada em 01 de outubro de 2020, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 01 de outubro de 2020.

  
**LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA**

Diretor de Marketing



**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

**TERMO DE POSSE**

Aos três dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. Carlos Eduardo Naegeli Gondim membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 03 de maio de 2021.


**CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM**

Diretor Produto – Seguros de Pessoas





**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS****CNPJ nº 61.198.164/0001-60****NIRE 35.3.0004108.9****TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

  
Marcelo Zorzo  
Diretor



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **03/05/2022 09:10:49 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br) Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 102270205221649404724-1 a 102270205221649404724-16

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b36203670f43f50b8d610f8e8daa0c2bc28285e8e24882684986083e61cecdad7909dc91e82eeeca991de3b55d63e4b96c0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.

